



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

CAMILA BATISTELLA

SOLUÇÕES NEGOCIADAS NA JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA

BRASÍLIA
2020

CAMILA BATISTELLA

SOLUÇÕES NEGOCIADAS NA JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Doutor Antonio Henrique Graciano Suxberger

BRASÍLIA
2020

CAMILA BATISTELLA

SOLUÇÕES NEGOCIADAS NA JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Doutor Antonio Henrique Graciano Suxberger

BRASÍLIA, ____ DE _____ 2020.

BANCA AVALIADORA

Professor Orientador: Doutor Antonio Henrique Graciano Suxberger

Professor(a) Avaliador(a)

SOLUÇÕES NEGOCIADAS NA JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA

Camila Batistella¹

RESUMO

A justiça penal de soluções negociadas se apresenta como medida alternativa para o sistema de justiça criminal brasileiro, marcado por um processo penal em que predomina o tradicional espaço de conflituosidade. O presente artigo examina a introdução dos mecanismos negociais no ordenamento jurídico brasileiro e seu processo de expansão. A análise parte do movimento de expansão da justiça penal negociada nos países do sistema de *civil law*, a fim de identificar se tal expansão se traduz em um movimento de americanização do processo penal. Após a identificação das razões e das inspirações dessa expansão pelos países de tradição continental, adentra-se no cenário jurídico brasileiro para a análise dos mecanismos consensuais positivados até o atual momento na legislação pátria, bem como das propostas legislativas que tramitam no Congresso Nacional com a intenção de ampliar tais mecanismos, assim como seu âmbito de aplicação. Como metodologia, foi utilizada a análise documental nacional e internacional, especialmente dos atos normativos, e a revisão da literatura específica sobre a justiça penal de soluções negociadas. Nas considerações finais, sustenta-se que a expansão da justiça penal de soluções negociadas reflete um efetivo equacionamento de respostas alternativas para os conflitos penais e que o Direito brasileiro deve continuar avançando nesse movimento de expansão a fim de incorporar acordos processuais penais para os processos que já se encontram em curso com o propósito de solucionar a culpa do acusado de forma antecipada com a aplicação imediata de pena.

Palavras-chave: Acordos processuais penais. Consenso. Mecanismos negociais. *Plea bargaining*. Soluções alternativas.

SUMÁRIO: 1 Introdução. 2 Expansão dos acordos processuais penais: uma justiça penal de soluções negociadas. 3 Acordos processuais penais no Brasil. 4 Propostas de expansão dos acordos processuais penais no Direito brasileiro. 5 Considerações finais. Referências.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de acordos processuais penais como forma de resolução de conflitos criminais está diretamente associada ao direito norte-americano. Porém, a justiça penal de soluções negociadas como medida alternativa que possibilita a celebração de acordos processuais penais entre acusação e defesa com o objetivo de evitar, ou ao menos de abreviar, a tradicional persecução penal em juízo tem ganhado cada vez mais espaço nos ordenamentos jurídicos dos países de *civil law*.

¹ Bacharelada em Direito pelo UniCEUB. E-mail: camilabatistelladireito@gmail.com

A discussão acerca da adoção de mecanismos negociais que visam simplificar e tornar mais céleres os procedimentos criminais tem se expandido e se fortalecido inclusive no Brasil, que tem seu sistema de justiça criminal marcado por altas taxas de criminalidade, pela ineficiência para lidar com todas as notícias de crimes formalmente comunicadas, pelo sentimento de impunidade e pela morosidade na tramitação dos processos criminais.

Dentre outras, essas são algumas das características que deixam evidente a necessidade de aprimoramento do sistema de justiça criminal brasileiro a fim de se alcançar uma gestão mais eficiente e mais célere. Nesse contexto, a busca por soluções alternativas para o conflito penal que reconheçam a necessidade de ampliar os espaços de consenso em relação ao tradicional espaço de conflito, marcado pela observância de procedimentos preestabelecidos e pela exaustiva instrução probatória em juízo, tem se mostrado como uma opção à crise enfrentada pelo sistema de justiça criminal brasileiro.

O presente trabalho se propõe, portanto, a problematizar o processo de introdução da justiça penal de soluções negociadas no Direito brasileiro e o movimento de expansão na adoção de mecanismos negociais no ordenamento jurídico pátrio. A propagação da justiça penal de soluções negociadas pelos ordenamentos jurídicos de países de tradição jurídica continental traduz um movimento de americanização do processo penal nos países de *civil law*? Quais são as inspirações e as razões de expansão dos mecanismos negociais de soluções alternativas para os países continentais? Qual a conformação dos acordos processuais penais já positivados na legislação penal pátria? As principais propostas legislativas que ainda tramitam no Congresso Nacional pretendem ampliar o âmbito de incidência das soluções penais negociadas no ordenamento jurídico brasileiro? O Brasil deve avançar no sentido da promoção da justiça penal de soluções negociadas? Essas são as perguntas que o presente trabalho busca responder.

Para tanto, em um primeiro momento, são analisados os processos de introdução e consolidação da justiça penal de soluções negociadas em dois importantes países do sistema de *civil law*, Alemanha e Itália, e as principais recomendações e orientações normativas dispostas na ordem jurídica internacional que buscam promover as soluções alternativas para o conflito penal. Posteriormente, adentrando-se de forma específica no cenário jurídico nacional, é feita a análise do estado de coisas da justiça penal de soluções negociadas no processo penal brasileiro e, para além das mudanças mais recentes incorporadas na legislação

pátria, a análise das principais proposições a respeito das soluções penais negociadas ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Metodologicamente, a presente pesquisa se vale de análise documental, consistente na avaliação dos principais documentos normativos internacionais que estimulam a adoção de soluções alternativas no processo penal, da legislação nacional que regulamenta os institutos negociais já vigentes no Direito brasileiro e das principais proposições legislativas que ainda tramitam no Congresso Nacional que abordam o tema, além da revisão da literatura específica sobre a justiça penal de soluções negociadas no Brasil. A pesquisa se insere no marco jurídico-compreensivo (GUSTIN; DIAS, 2010, p. 28), dirigido à problematização da introdução da justiça penal de soluções negociadas no Brasil e às repercussões da sua adoção no ordenamento jurídico pátrio.

2 EXPANSÃO DOS ACORDOS PROCESSUAIS PENAIS: UMA JUSTIÇA PENAL DE SOLUÇÕES NEGOCIADAS

A utilização da justiça negociada no âmbito penal e processual penal está diretamente associada aos *plea agreements* do direito norte-americano. Tratam-se de instrumentos processuais utilizados nos Estados Unidos desde o século XIX por meio do quais as partes - acusação e acusado - negociam um acordo acerca de determinado caso penal. De um modo geral, o acordo está sujeito à homologação judicial e consiste na barganha de benefícios e de renúncias com o objetivo de se alcançar uma solução antecipada que seja satisfatória para ambas as partes (LANGER, 2017, p. 73).

Por um lado, quando a negociação é feita em torno do conteúdo da acusação, ou seja, dos próprios fatos imputados ao acusado, tem-se um acordo de *charge* ou *fact bargaining*. Esta espécie de acordo é compatível com ordenamentos de ampla discricionariedade persecutória e se apresenta de forma significativa no direito estadunidense. Por outro lado, quando a barganha é sobre a pena que será imposta ao acusado na sentença condenatória, tem-se um acordo de *sentencing bargaining* (SUXBERGER, 2019b, p. 120).

Define-se como *plea* a posição adotada pelo acusado diante do fato que lhe é formalmente imputado em juízo. Como regra, o acusado pode se declarar *guilty plea* ou *not guilty*. Ao se posicionar como *guilty plea*, o acusado admite ser culpado pelo fato que lhe é atribuído e aceita a imposição de uma pena reduzida de forma imediata e antecipada. Em

contrapartida, quando se declara *not guilty*, o acusado afirma ser inocente, nega o fato que lhe é imputado e se sujeita ao processo, o *full trial* (NARDELLI, 2014, p. 341-342).

Existe ainda uma terceira espécie de declaração, admitida na jurisdição federal e em alguns estados norte-americanos, denominada de *nolo contendere*. Nessa figura, o acusado não se declara culpado pelo fato, mas também não se opõe à acusação, aceitando a responsabilização. Nesse caso, assim como na *guilty plea*, o acusado aceita a imposição imediata e antecipada da pena. A diferença se dá em relação aos reflexos na esfera cível, uma vez que o *nolo contendere* não produz efeito sobre eventual ação civil de reparação de danos causados pelo crime (VASCONCELLOS, 2015, p. 62-63).

A resolução de conflitos por meio de acordos é a regra no sistema de justiça norte-americano. Vasconcellos (2015, p. 60) aponta que, a depender da região a ser estudada, a taxa de condenações obtidas a partir da barganha varia entre 90 a 98% nos Estados Unidos. No entanto, embora o sistema jurídico norte-americano seja figura central quando se fala em justiça penal negociada, os acordos penais também têm conquistado seu espaço nos ordenamentos continentais.

Conforme Suxberger e Gomes Filho (2016, p. 383-384), a introdução de mecanismos de justiça penal negociada em ordenamentos jurídicos do sistema *civil law* é marca da segunda metade do século XX e do início do século XXI. Langer afirma que as razões dessa introdução variam conforme a jurisdição considerada, mas que uma razão comum é o aumento da criminalidade experimentado a época (2017, p. 76).

Deve-se ressaltar que, embora a introdução da justiça penal negociada nos ordenamentos continentais tenha inspiração no modelo norte-americano, não se trata propriamente de um movimento de americanização do processo penal em países de *civil law*, mas sim de um movimento de expansão da utilização do consenso na resolução de conflitos penais em diferentes sistemas jurídicos. Portanto, "a expansão generalizada dos acordos penais não significa a expansão igualmente generalizada da *plea bargaining*" (SUXBERGER, 2019b, p. 119). Isso significa dizer que os países de tradição continental apresentam características próprias no processo de introdução dos acordos processuais penais em seus ordenamentos jurídicos. A fim de ilustração, vejamos os exemplos da introdução do *Absprachen* na Alemanha e do *Patteggiamento* na Itália.

O ordenamento jurídico alemão possui a legalidade como regra, ou seja, em caso de notícia da prática de um crime deve ocorrer a persecução penal. Há reduzido espaço para o exercício de discricionariedade persecutória, seja por decorrência de oportunidade, seja por acordo entre acusação e investigado. Nesse país, a justiça penal negociada surgiu por volta década de 1970, desenvolvendo-se de modo informal, sem qualquer espécie de previsão legal. Criou-se na prática forense a possibilidade de negociação em casos confessados para a agilização do processo e a limitação da pena a ser imposta, chamada de *Absprachen*. No entanto, em torno desse novo instituto surgiram diversas críticas e discussões, ao passo que, em 1997, decisão proferida pelo Tribunal de Justiça Federal da Alemanha (BGH) fixou as primeiras diretrizes para a aplicação do *Absprachen*. Foi decidido que o acordo não era contrário ao direito, mas que tratava-se de uma exceção ao sistema processual, havendo a necessidade de sua regulamentação (BRANDALISE, 2016, p. 79-86; VASCONCELLOS; MOELLER, 2016, p. 23).

O § 257c do *Strafprozeßordnung*² (StPO), que regula legalmente a realização de acordos, foi acrescentado apenas em 2009. Nos termos da previsão legal, em casos adequados, o tribunal pode chegar a um acordo com as partes sobre o curso e o resultado do processo. A fixação do acordo deve ser realizada em juízo e em audiência, atendendo às regras da oralidade e da publicidade. O acusado sempre deve ser orientado em relação às consequências da celebração do acordo. A confissão do acusado deve estar presente nos acordos. A proposta de confissão pode ser feita antes ou durante o julgamento e pode partir do acusado, do juiz ou do representante do Ministério Público. É permitida apenas a negociação de limites mínimos e máximos de pena. Os acordos do tipo *charge bargaining* são proibidos. O acordo se concretiza quando o acusado e representante do Ministério Público concordam com a proposta do tribunal (BRANDALISE, 2016, p. 88-89; GERMANY, 1987, p. 128-129; VASCONCELLOS; MOELLER, 2016, p. 25).

A pena em concreto deverá ser definida pelo juiz a partir das circunstâncias relacionadas ao fato e às pessoas que dele participaram (BRANDALISE, 2016, p. 88). Se, por algum motivo superveniente, o juiz entender que os limites mínimos e máximos estabelecidos no acordo não são mais adequados às circunstâncias do caso concreto, poderá, excepcionalmente, deixar de seguir esses limites (GERMANY, 1987, p. 128-129; VASCONCELLOS; MOELLER, 2016, p. 25).

² Código de Processo Penal alemão.

Brandalise (2016, p. 89-90) assevera que a confissão do acusado, por si só, não possui a capacidade de ensejar uma condenação antecipada com uma pena menor, uma vez que permanece ao juiz o dever da busca pela verdade material. Assim, o acordo possui a finalidade de encurtar o processo, mas não de encerrá-lo. Vasconcellos e Moeller (2016, p. 25) destacam que deve ser analisada a veracidade da confissão e se houver dúvida o acordo deverá ser rejeitado pelo juiz. Caso o acordo não seja aceito ou finalizado, a confissão do acusado não poderá ser utilizada contra ele (GERMANY, 1987, p. 128-129).

Schunemann (2013, p. 307) aponta que na *Absprachen* os protagonistas da negociação são o juiz e a defesa, diferentemente do sistema americano, restando ao Ministério Público uma menor participação através da possibilidade de veto. Langer (2017, p. 81) e Brandalise (2016, p. 89-90) ressaltam que outra diferença entre os dois sistemas é o acesso que a defesa possui às provas produzidas pela acusação no modelo alemão, o que resulta em maior poder de negociação para o acusado, diminuindo a possibilidade da prática de *overcharging*.

Brandalise (2016, p. 89-90) entende que o modelo alemão está mais próximo do *nolo contendere* americano, uma vez que o acordo não considera a confissão como um *guilty plea*, ou seja, a confissão não implica em uma condenação imediata, se mostrando mais como uma não contestação da acusação imposta. No mesmo sentido, Schunemann (2013, p. 307) afirma não ser possível a existência do *guilty plea* no processo penal alemão por não se tratar de um sistema adversarial e por estar adstrito à busca da verdade material.

Em 2013, a Corte Constitucional alemã (BVerfG) atestou a constitucionalidade da legislação referente aos acordos no processo penal, sob o argumento de que as limitações estabelecidas respeitam as garantias essenciais dos acusados e o processo penal alemão. Foi evidenciada a necessidade de respeito à busca da verdade, à publicidade e à proporcionalidade das punições, do acusado estar ciente de seus direitos e das consequências resultantes da celebração do acordo, de o acordo se referir somente ao objeto do processo em questão, bem como a necessidade das negociações serem registradas nos processo (BRANDALISE, 2016, p. 91-92; VASCONCELLOS; MOELLER, 2016, p. 27-28).

Langer (2017, p. 89-90) assevera que, diversamente do que ocorreu no sistema alemão, a inserção da justiça penal negociada na Itália fez parte de uma reforma processual penal que tinha certo apoio político e se inspirou no sistema adversarial estadunidense. Assim,

mesmo com previsão constitucional expressa no sentido da obrigatoriedade da ação penal³, o Código de Processo Penal publicado em 1988 trouxe para o ordenamento italiano a possibilidade de negociação de acordos entre acusação e defesa como forma de resolução de casos penais (BRANDALISE, 2016, p. 93; 95).

O mecanismo de consenso mais difundido no sistema italiano é o *patteggiamento*, compreendido como a aplicação da pena por requisição das partes. A defesa e a acusação negociam um acordo sobre a sentença e requerem ao juiz a sua aplicação. A negociação não pode ser do tipo *charge bargaining*. A redução da pena negociada não pode superar a um terço da pena cabível para o caso. O acordo se restringe aos casos em que a sentença não supere cinco anos de prisão após a aplicação da redução negociada. Caso o juiz entenda que não se trata de hipótese de absolvição do acusado e que a sentença proposta é proporcional ao crime praticado, haverá a aplicação da pena requerida (LANGER, 2017, p. 93-94).

Ao juiz não cabe interferir no conteúdo do acordo. Cabe a ele a aceitação do acordo, por sentença, ou a sua recusa, de forma fundamentada. Caberá ao juiz rejeitar o acordo caso entenda que a pena acordada não seja adequada ao caso em questão. Havendo a rejeição, o acordo é devolvido à acusação, que poderá readequá-lo. Caso isso não aconteça, haverá o julgamento do processo. O juiz não poderá utilizar o acordo frustrado como fundamento de condenação (BRANDALISE, 2016, p. 98).

Caso a acusação não aceite celebrar um acordo com o acusado e o juiz entenda que essa recusa é injustificada, a sentença será proferida conforme os termos propostos pelo acusado, ou seja, o juiz reduzirá a pena ainda que após o transcorrer de todo o procedimento ordinário. Assim, tem-se a consagração do acordo como um direito subjetivo do réu (VASCONCELLOS; CAPARELLI, 2015, p. 446).

Na decisão nº 313/1990, a Corte Constitucional Italiana, ao analisar a constitucionalidade do mecanismo do *patteggiamento*, afirmou a necessidade de análise da pena pelo juiz, de forma que haja o controle da sua proporcionalidade e da sua adequação. A Corte entendeu, ainda, que o referido instrumento negocial atende aos dispositivos constitucionais que determinam a legalidade da persecução penal, a liberdade pessoal, o direito à defesa e à presunção de inocência, bem como aos princípios da sujeição do juiz unicamente à lei, da exclusividade jurisdicional na determinação da pena e da necessidade de

³ Artigo 112 da Constituição da República Italiana (ITÁLIA, 1947, p. 51).

motivação das decisões (BRANDALISE, 2016, p. 96-97; ITALIA, 1990; VASCONCELLOS; CAPPARELLI, 2015, p. 446-447).

Brandalise (2016, p. 100-101) aponta que existe entendimento no sentido de que o *patteggiamento* se aproximaria do *nolo contendere* americano, uma vez que não haveria reconhecimento de culpa do acusado, tampouco a sua confissão, quando da aceitação do acordo, mas apenas a negativa de contestar a ação penal em troca da obtenção de benefícios. Assim, o acusado renunciaria apenas o contraditório, mas não a presunção de inocência. Todavia, o autor ressalta que a jurisprudência italiana tem entendido o *patteggiamento* como uma forma de admissão de responsabilidade, com renúncia, ainda que tácita, da presunção de inocência, visto que não seria possível aplicar uma pena sem o reconhecimento de responsabilidade.

Percebemos, portanto, que atualmente o uso dos acordos processuais penais é medida presente e estimulada não apenas no ordenamento norte-americano, mas também nos ordenamentos dos países europeu-continentais, inclusive com características próprias que se alinham às particularidades dos sistemas de justiça criminal de cada país. Além disso, ao direcionarmos o olhar para o plano internacional, constatamos que o movimento de expansão da utilização de mecanismos consensuais na resolução de conflitos penais também recebe arrimo, uma vez que é possível encontrarmos na ordem jurídica internacional recomendações e orientações normativas no sentido da promoção do uso de soluções negociadas e abreviadas a fins de aprimoramento dos sistemas de justiça criminal.

No cenário europeu, de onde é sabido que o direito brasileiro busca inspirações, a Recomendação nº R(87) 18 do Comitê de Ministros do Conselho da Europa, de 1987, trata da simplificação da justiça criminal, incentivando a introdução e a ampliação do uso da discricionariedade no exercício da atividade acusatória. Assim, é estabelecida uma série de medidas para se evitar a judicialização de casos de menor ofensividade (COUNCIL OF EUROPE, 1987, p. 1-2).

No tocante aos acordos, a Recomendação estabelece que os estados-membros devem revisar sua legislação a fim de permitir que as autoridades competentes promovam a possibilidade de celebração de acordos extrajudiciais. As categorias de delito em que caberá o acordo, bem como as condições que poderão ser propostas pelas autoridades ao acusado serão determinadas por lei. As condições deverão considerar o pagamento de uma quantia em

dinheiro ao Estado ou a uma instituição de natureza pública ou beneficente, a restituição de bens ou vantagens obtidas pela prática do crime e a fixação de uma indenização adequada à vítima da infração. A aceitação do acordo extrajudicial e o cumprimento das condições impostas ao acusado impedem de forma definitiva o início de um processo para apurar aquele crime (COUNCIL OF EUROPE, 1987, p. 3-4).

Adicionalmente, nos países-membros em que é permitido pelas tradições constitucionais e legais, a Recomendação incentiva a adoção e a aplicação de *guilty pleas* (acordos de culpa) ou de procedimentos similares a este. Nessa hipótese, em um estágio inicial do processo, o acusado comparece em juízo a fim de declarar publicamente se aceita ou nega as acusações a ele imputadas. Se a declaração do acusado for no sentido de que aceita as acusações, o juízo poderá sentenciá-lo dispensando a instrução probatória ou pelo menos parte dela (COUNCIL OF EUROPE, 1987, p. 5).

Em 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu, por meio da Resolução nº 45/110, regras mínimas padrão para a elaboração de medidas não privativas de liberdade, as chamadas Regras de Tóquio. Essas regras têm por objetivo incentivar a adoção, pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), de medidas alternativas à prisão, bem como promover garantias mínimas para os indivíduos sujeitos à aplicação dessas medidas alternativas. As disposições das Regras de Tóquio devem ser aplicadas a todos os indivíduos denominados como infratores, ou seja, a suspeitos, acusados ou condenados, em todas as fases da administração da justiça criminal (BRASIL, 2016, p. 15). Aras (2019, p. 326) aponta que as Regras de Tóquio não possuem apenas um cunho penal, mas também possuem um enfoque processual penal ao tratarem de aspectos direcionados a evitar o próprio processo.

É estabelecido que o sistema de justiça criminal deverá oferecer uma grande variedade de medidas alternativas ao encarceramento, cabíveis desde a fase pré-julgamento até a fase pós-sentença, a fim de se evitar a aplicação de pena privativa de liberdade e de se assegurar uma maior flexibilidade, compatível com a natureza e a gravidade da infração, com a personalidade e os antecedentes do infrator e com a proteção da sociedade (BRASIL, 2016, p. 15).

De maneira específica, ao considerar o tratamento dos infratores, a Regra 2.5 dispõe que se deve evitar ao máximo o apelo aos procedimentos ou julgamentos formais em um

tribunal (BRASIL, 2016, p. 16). Nesse sentido, ao tratarem das medidas que podem ser tomadas antes do processo, as Regras de Tóquio determinam que:

5.1 Sempre que adequado e compatível com o sistema jurídico, a polícia, o Ministério Público ou outros serviços encarregados da justiça criminal podem retirar os procedimentos contra o infrator se considerarem que não é necessário recorrer a um processo judicial com vistas à proteção da sociedade, à prevenção do crime ou à promoção do respeito pela lei ou pelos direitos das vítimas. Para a decisão sobre a adequação da retirada ou determinação dos procedimentos deve-se desenvolver um conjunto de critérios estabelecidos dentro de cada sistema legal. Para infrações menores, o promotor pode impor medidas não privativas de liberdade, se apropriado (BRASIL, 2016, p. 17).

Por sua vez, a Regra 3.4 diz respeito à voluntariedade do infrator, estabelecendo que, se antes ou durante o processo forem aplicadas medidas alternativas à prisão que impliquem em obrigação para o infrator, será necessário o seu consentimento. Já a Regra 3.5 traz a previsão de controle judicial ao estabelecer que as decisões relativas à aplicação de medidas alternativas deverão ser submetidas ao exame da autoridade judiciária ou de qualquer outra autoridade competente, a pedido do infrator (BRASIL, 2016, p. 16).

Adicionalmente, em compêndio de normas e princípios sobre prevenção ao crime e justiça criminal, as Nações Unidas abordam a boa governança da justiça criminal. Ao tratar especificamente das diretrizes sobre o papel dos membros do Ministério Público, prevêem o seguinte em relação às alternativas à instauração do processo:

18. De acordo com lei nacional, os promotores devem dar a devida consideração à desistência de processos, descontinuando procedimentos condicional ou incondicionalmente, ou desviando casos do sistema de justiça formal, com total respeito pelos direitos do(s) suspeito(s) e da(s) vítima(s). Para esse fim, os Estados devem explorar totalmente a possibilidade de adotar planos alternativos, não apenas para aliviar o peso excessivo sobre os tribunais, mas também para evitar a estigmatização da detenção pré-julgamento, indiciamento e condenação, e também os possíveis efeitos adversos do encarceramento (BRASIL, 2009, p. 339).

Incidados por esse cenário de expansão e de estímulo à adoção de mecanismos consensuais como forma de solução alternativa para o conflito penal, vários países, inclusive países latino-americanos, começaram a incorporar em seus sistemas de justiça criminal diversas formas de negociação por meio das quais a acusação e o investigado, acusado ou réu - a depender da fase processual - podem chegar a um acordo para evitar ou ao menos abreviar a persecução penal em juízo. Vejamos, portanto, como se deu a incorporação da justiça penal

negociada no Direito brasileiro e como tem evoluído a regulamentação dos acordos processuais penais na legislação pátria.

3 ACORDOS PROCESSUAIS PENAIS NO BRASIL

Afirma-se no Brasil a adoção do princípio da obrigatoriedade⁴ da ação penal pública (PACELLI, 2019, p. 131; LOPES JR., 2019, p. 202; CAPEZ, 2019, p. 171). No entanto, o movimento de expansão da justiça penal de soluções negociadas alcançou, inclusive, países com influência sobre a tradição jurídica brasileira. O Brasil, então, paulatinamente passou a mitigar a ideia de obrigatoriedade/indisponibilidade da ação penal pública por meio da adoção de alternativas pautadas no consenso na resolução de conflitos penais (BRANDALISE, 2016, p. 136-137).

Os primeiros traços da justiça penal negociada no Brasil surgem com a edição da Lei Federal nº 9.099/95 (BRASIL, 1995), que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, previstos no artigo 98, inciso I, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Antes desta Lei existiram propostas que pretendiam introduzir mecanismos consensuais no ordenamento jurídico brasileiro, mas que não lograram êxito (VASCONCELLOS, 2015, p. 97-99). A Lei nº 9.099/95 implementou no Brasil um novo modelo de justiça criminal que privilegia os espaços de consenso por meio da valorização de soluções penais fundadas na vontade das partes que integram a relação processual (LIMA, 2016, p. 194).

A jurisdição de consenso prevista na Lei nº 9.099/95 intenta a celebração de um acordo entre acusação e defesa, a reparação dos danos causados ao ofendido e a aplicação de pena não privativa de liberdade. Procura-se evitar, sempre que possível, a instauração de um processo penal. Renato Brasileiro de Lima ressalta que, segundo a doutrina, a adoção de medidas substitutivas ou alternativas, de natureza penal ou processual, que têm por objetivo dificultar, evitar ou restringir a aplicação da pena de prisão ou a sua execução ou, ainda, pelo menos, a sua redução, sem afastar o caráter ilícito da conduta praticada, traduzem a ideia do que significa a palavra despenalizar (2016, p. 194).

Dessa maneira, são previstos na Lei 9.099/95 três institutos consensuais e despenalizadores precursores: a composição civil dos danos, a transação penal e a suspensão condicional do processo. Embora cada um desses institutos apresente características próprias

⁴ Também chamado de princípio da legalidade.

e aplique o consenso de maneira diversa, apresentam como ponto comum a aceitação pelo autor do fato da acusação que lhe é imputada, com a renúncia à possibilidade de defesa, e o consentimento deste em se submeter às obrigações que foram acordadas em troca de algum benefício (VASCONCELLOS, 2015, p. 99-101; 110).

O artigo 72 da Lei nº 9.099/95 prevê que em audiência preliminar, que ocorre antes do oferecimento da denúncia ou da queixa, o juiz deve esclarecer às partes acerca da possibilidade de composição dos danos civis, bem como sobre a aceitação da proposta de transação penal. A audiência preliminar tem como objetivo, portanto, a conciliação, seja civil ou penal, e a sua realização está condicionada à presença de advogado. Apenas nos casos em que a audiência preliminar restar infrutífera é que haverá o oferecimento da denúncia ou da queixa (LIMA, 2016, p. 224-225).

A circunstância de o processo já estar em andamento não se apresenta como óbice à efetivação dos institutos consensuais. O artigo 79 da Lei nº 9.099/95 determina que se não tiver havido possibilidade de tentativa de composição civil dos danos e de oferecimento de proposta de transação penal na fase preliminar, estas serão oportunizadas antes da realização da audiência de instrução e julgamento (LIMA, 2016, p. 237; 244).

A composição dos danos refere-se aos danos de natureza civil e ocorre, como regra, no primeiro momento da audiência preliminar. É conduzida pelo juiz ou por um conciliador sob sua orientação e, uma vez que trata de interesses de cunho patrimonial e, portanto, de direitos disponíveis, não há, como regra, a necessidade de intervenção do Ministério Público. Trata-se de uma tentativa de acordo civil entre o ofendido e o autor do fato a fim de se buscar uma solução acordada para o conflito penal por meio da reparação do dano causado à vítima. Se realizado, o acordo será reduzido a escrito e seu termo deverá ser homologado pelo juiz mediante sentença irrecorrível. O juiz não pode modificar o teor da composição civil. Seu papel é apenas homologá-la. Uma vez que não há limitação legal, a composição pode ser concretizada inúmeras vezes, sem restrição temporal (LIMA, 2016, p. 224-226; VASCONCELLOS, 2015, p. 101-102).

Nas ações penais de iniciativa privada ou pública condicionada à representação, a homologação do acordo civil acarreta a renúncia ao direito de queixa ou de representação, respectivamente. Portanto, em ambos os casos, a homologação do acordo resultará na extinção da punibilidade do fato, a sentença homologatória terá eficácia de título executivo

judicial de natureza cível e o consenso existirá como forma de resolução da persecução penal. Caso o autor do fato descumpra o acordo, não será restituído à vítima o direito de queixa ou de representação (BRANDALISE, 2016, p. 137-139).

Já nos casos de ação penal pública incondicionada, a celebração do acordo não implica em extinção da punibilidade, sendo possível o oferecimento de proposta de transação penal ou então da denúncia, hipótese em que a composição civil dos danos eventualmente poderá ser utilizada como causa de diminuição de pena (VASCONCELLOS, 2015, p. 101-102).

A celebração do acordo de composição dos danos civis busca obter a reparação do dano sofrido pelo ofendido como forma de reconstrução do tecido social violado em alternativa à punição em si. Além disso, uma vez que há a participação direta da vítima, o acordo encontra nela suas reais necessidades materiais e psicológicas. Importante ressaltar que na celebração do acordo deve estar presente o voluntarismo. É necessário que haja a vontade daqueles que conciliam e que esta seja livre e esclarecida quanto aos direitos envolvidos e ao procedimento em si (BRADALISE, 2016, p. 140-141).

O segundo momento da audiência preliminar compreende a transação penal. Trata-se de instituto consensual aplicado às infrações penais de menor potencial ofensivo que surgiu em razão de imposição constitucional⁵ e que expressa a natureza negocial de acordo entre acusação e defesa (VASCONCELLOS, 2015, p. 102-103). Caso não seja celebrado o acordo de composição dos danos civis nas hipóteses de crimes de ação penal pública condicionada à representação e de ação penal de iniciativa privada, ou na hipótese de crimes de ação penal pública incondicionada, mesmo que haja a composição civil dos danos, mas desde que não seja o caso de arquivamento, surge a possibilidade de oferecimento da transação penal (LIMA, 2016, p. 235; BRANDALISE, 2016, p. 141).

A transação penal é um acordo celebrado entre o titular da ação penal e o autor do fato delituoso, por meio do qual é proposta a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade, ou seja, de pena restritiva de direitos ou de multa, de modo a se evitar o oferecimento da ação penal e, portanto, a instauração do processo. As implicações que a aceitação da transação penal trará ao autor do fato são essencialmente aquelas estipuladas de forma consensual no respectivo instrumento de acordo (LIMA, 2016, p. 224; 229; 234).

⁵ Artigo 98, Inciso I, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Para que seja proposta a transação penal é necessário que o autor do fato delituoso preencha os requisitos objetivos e subjetivos do art. 76 da Lei dos Juizados Especiais (LIMA, 2016, p. 229). O autor do fato não pode ter sido condenado por sentença definitiva à pena privativa de liberdade pela prática de crime e também não pode ter sido beneficiado por outro acordo de transação penal nos cinco anos anteriores. Adicionalmente, analisa-se os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias fáticas da conduta ilícita para se aferir se a adoção do acordo será necessária e suficiente (VASCONCELLOS, 2015, p. 104-105).

Aceita a proposta de transação penal pelo autor do fato delituoso e pelo seu defensor, esta será submetida à apreciação do juiz, que, após verificar a legalidade da proposta de acordo, aplicará a pena restritiva de direitos ou multa. A decisão que homologa a transação penal não gera antecedentes ou reincidência, reconhecimento de culpa, nem efeitos civis ou administrativos, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos (LIMA, 2016, p. 233). Devidamente cumprida a transação penal, ocorrerá a extinção da punibilidade do fato e estará encerrada a persecução penal (BRANDALISE, 2016, p. 141-142).

Uma vez que, nos termos da Súmula Vinculante nº 35⁶ do Supremo Tribunal Federal (STF), a decisão que homologa a transação penal não faz coisa julgada material, o descumprimento pelo autor do fato daquilo que fora imposto pelo acordo implica no oferecimento da denúncia - ou na apresentação da queixa - com o prosseguimento da persecução penal (LIMA, 2016, p. 239).

Brandalise (2016, p. 143) explica que a transação penal aproxima-se do *nolo contendere* americano e não se confunde com a *plea bargaining* ou com a *guilty plea*, uma vez que não é celebrada para fins de obtenção da confissão do acusado para alguma diminuição da imputação ou da pena, bem como porque não há qualquer reconhecimento de culpa em tal hipótese, tendo em vista que a sentença que homologa o acordo não representa condenação e não produz reincidência.

⁶ Súmula Vinculante nº 35 - A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial (BRASIL, 2014).

O terceiro instituto despenalizador previsto na Lei nº 9.099/95 que também caracteriza exemplo de espaço de consenso e de justiça negociada no processo penal brasileiro é a suspensão condicional do processo (*sursis* processual). Trata-se de instituto com âmbito de aplicação mais abrangente que a composição civil dos danos e a transação penal, que se restringem às infrações penais de menor potencial ofensivo. A *sursis* processual pode ser proposta nos casos de crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, abrangidos ou não pela Lei dos Juizados Especiais, ressalvadas as hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher (VASCONCELLOS, 2015, p. 108-109; LIMA, 2016, p. 262-265).

A Lei autoriza o oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo ao acusado que não esteja sendo processado ou que não tenha sido condenado por outro crime, além de exigir que estejam presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena, prevista no artigo 77 do Código Penal (LIMA, 2016, p. 265-266). Atendidos os requisitos legais, a proposta de suspensão condicional do processo poderá ser apresentada pelo Ministério Público⁷ juntamente com o oferecimento da denúncia, tanto em procedimento ordinário, sumário ou sumaríssimo⁸ (VASCONCELLOS, 2015, p. 109).

A proposta de acordo será submetida à apreciação do acusado e de seu defensor. A aceitação do benefício constitui ato irretratável, salvo se comprovado que a manifestação de vontade do acusado foi eivada por vício de consentimento. A declaração de vontade do acusado, portanto, deve ser personalíssima, voluntária, formal, vinculada aos termos propostos, tecnicamente assistida e absoluta. Se o acusado não estiver assistido por defesa técnica na audiência designada para aceitação da proposta de *sursis* processual, faz-se necessário declarar a nulidade absoluta da decisão homologatória do acordo (LIMA, 2016, p. 267; 271).

Caso a proposta de acordo não seja aceita pelo acusado e por seu defensor, o processo retoma seu curso normal, com a designação de data para a realização de audiência de

⁷ Nos crimes de ação penal pública, compete ao Ministério Público oferecer a suspensão condicional do processo. Já na hipótese de ação penal privada, a legitimidade para oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo é do querelante. Logo, a recusa do querelante em oferecer a proposta de suspensão condicional do processo inviabiliza por completo a aplicação do benefício em favor do acusado, uma vez que nesse caso o juiz não pode conceder o benefício de ofício, nem tampouco se admite a formulação de proposta pelo Ministério Público (LIMA, 2016, p. 267-268).

⁸ No caso do procedimento sumaríssimo, aplicado nos Juizados Especiais Criminais, será proposta a suspensão condicional do processo apenas se não houver sido realizado o acordo de transação penal (VASCONCELLOS, 2015, p. 109).

instrução e julgamento. Contudo, se aceita a proposta, esta será submetida à apreciação do juiz, que irá analisar a sua legalidade e a voluntariedade da aceitação. Homologada a proposta, o juiz irá receber a peça acusatória e, na sequência, suspender o processo, mediante a submissão do acusado a um período de prova variável de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, sob as seguintes condições: reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo; proibição de frequentar determinados lugares; proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz; e comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades. O juiz ainda poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado (LIMA, 2016, p. 271-272).

A suspensão condicional do processo será obrigatoriamente revogada se, durante o prazo do período de prova, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano. A revogação do benefício será facultativa se, no curso do prazo, o acusado descumprir qualquer outra condição imposta ou vier a ser processado por contravenção penal. Revogado o benefício da *sursis* processual, o processo retoma seu prosseguimento normal (LIMA, 2016, p. 263; 276).

Transcorrido o período de prova sem a revogação do benefício, o juiz declarará extinta a punibilidade do fato, sem que haja qualquer hipótese de sentença condenatória (BRANDALISE, 2016, p. 145). A concretização do benefício da suspensão condicional do processo não pressupõe reconhecimento de culpa do acusado e não gera maus antecedentes ou reincidência (VASCONCELLOS, 2015, p. 109-110).

Brandalise explica que assim como a transação penal, a suspensão condicional do processo não apresenta similitude com a *plea bargaining* e com a *guilty plea*, mas aproximar-se-ia do *nolo contendere* americano. Não é exigida a assunção de culpa do acusado e a definição jurídica do fato lhe é apresentada no momento em que a acusação é oferecida, ou seja, antes do acusado aceitar celebrar o acordo, sem que haja a possibilidade de alteração. A aceitação da proposta e o cumprimento das condições impostas causam reflexos apenas no prosseguimento da persecução penal. Não se trata de hipótese de condenação e, por consequência, não há negociação a respeito da pena (2016, p. 146).

Recentemente, outro instituto despenalizador ampliou o âmbito de aplicação da justiça penal negociada no Direito brasileiro. Em capítulo próprio, no artigo 18, a Resolução

nº 181 do Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2017), editada em 7 de agosto de 2017, previu o chamado acordo de não persecução penal, que, conforme Suxberger (2019a, p. 77, grifo nosso), pode ser definido como:

um negócio jurídico-processual celebrado entre o Ministério Público e o investigado confesso de crime praticado sem violência ou grave ameaça contra a pessoa *que autoriza o arquivamento da investigação preliminar*, se esse investigado atender ao que dele se exige como condições pessoais, cumprir medidas similares a penas restritivas de direitos e reparar o dano ou restituir a coisa à vítima.

Posteriormente, em 24 de janeiro de 2018, o artigo 18 da Resolução nº 181 foi alterado pela Resolução nº 183 também do Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2018). O fato do acordo de não persecução penal decorrer do poder regulamentar do Conselho Nacional do Ministério Público fez com que se travassem muitas discussões em torno da sua constitucionalidade. Contudo, em 23 de janeiro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 13.964/19 (BRASIL, 2019), denominada de Pacote Anticrime, que inseriu o artigo 28-A no Código de Processo Penal (BRASIL, 1941), de modo a positivar o acordo de não persecução penal em lei.

O acordo de não persecução penal evita a ação penal, uma vez que autoriza o Ministério Público a deixar de oferecer a denúncia nos casos em que eventual condenação em juízo não ensejaria recolhimento à prisão, que o anseio da vítima é atendido por meio da reparação do dano ou da restituição da coisa e o da coletividade por meio da renúncia a bens e direitos, o que equivale aos efeitos genéricos da condenação, e que o investigado é responsabilizado através da submissão voluntária ao cumprimento de medidas equivalentes a penas restritivas de direitos (SUXBERGER, 2019a, p. 77; 84). Neste ponto, vale destacar que o acordo de não persecução penal materializa no ordenamento jurídico brasileiro o disposto nas orientações normativas estabelecidas pelas Nações Unidas, em especial o item 5.1 das Regras de Tóquio (BRASIL, 2016) que, conforme visto anteriormente, trata das medidas alternativas à prisão que podem ser tomadas antes do processo.

Segundo a previsão legal, antes de oferecer a denúncia, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal ao investigado que tiver confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem o emprego de violência ou grave ameaça e com pena mínima cominada inferior a 4 (quatro) anos. Para aferição da pena mínima cominada ao delito serão consideradas as causas de aumento e de diminuição aplicáveis ao

caso concreto. Vale destacar que o acordo só terá lugar se não for caso de arquivamento da investigação criminal. Logo, é necessário que o Ministério Público tenha a certeza de que ofertará ação penal no caso para que haja a proposta de acordo de não persecução penal (SUXBERGER, 2019a, p. 98).

O acordo deve ser necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção do crime e o investigado terá de cumprir as seguintes condições previstas nos incisos do artigo 28-A do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941) ajustadas cumulativa e alternativamente: reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do artigo 46 do Código Penal; pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do artigo 45 do Código Penal, a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com o caso concreto.

O acordo de não persecução penal não será aplicado nas hipóteses em que for cabível a transação penal; que o investigado for reincidente ou que houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas; e que o agente tiver sido beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, pelo acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo. Adicionalmente, em consonância com o previsto no artigo 41 da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que veda a aplicação dos institutos consensuais previstos na Lei nº 9.099/95 aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, o acordo de não persecução penal também não será aplicado no âmbito desses crimes em favor do agressor, bem como nos crimes praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

O acordo será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor e será formalizado por escrito. Para a sua homologação, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e a sua legalidade. Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes

ou abusivas as condições dispostas no acordo, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor. Homologado judicialmente o acordo, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal. A vítima será intimada da homologação do acordo.

Em caso de recusa por parte do Ministério Público em propor o acordo, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior, conforme previsto no § 14 do artigo 28-A do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941).

Após a inserção do acordo de não persecução penal em Lei, a consequência jurídica do cumprimento integral do acordo passou a ser diferente da que era prevista na Resolução nº 181 do Conselho Nacional do Ministério Público. Agora, o cumprimento do acordo não implica mais no arquivamento da investigação preliminar, mas sim em extinção da punibilidade. O juízo competente decretará a extinção da punibilidade do fato e a celebração e o cumprimento do acordo não constarão de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins de verificação do requisito de não ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração em acordo de não persecução penal. Logo, o acordo de não persecução penal não importa em uma condenação.

Em caso de descumprimento de quaisquer das condições estipuladas no acordo, o Ministério Público deverá comunicar ao juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia. Nessa hipótese, o Ministério Público poderá utilizar o descumprimento do acordo pelo investigado como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo. A vítima será intimada em caso de eventual descumprimento do acordo de não persecução penal.

Conforme ressalta Suxberger, o acordo de não persecução penal não se dirige exatamente aos crimes que ensejam recolhimento à prisão. Trata-se de uma medida que atenua o fenômeno da judicialização das questões penais. O cumprimento do acordo redundará na aplicação de medida de responsabilização ao investigado confesso - o que não se trata de aplicação de uma sanção penal no seu sentido mais estrito - em nítida resposta despenalizante e consoante com os anseios atuais de se evitar a judicialização desenfreada de conflitos penais por meio da persecução penal em juízo (2019a, p. 79; 92).

Contudo, o autor supracitado adverte que, embora se cuide de medida despenalizante, uma vez que afasta a tradicional e estigmatizante resposta do Estado ao cometimento de crimes por meio do processo penal, o acordo de não persecução penal amplia e intensifica o controle penal, dado que retira esfera considerável de insucesso da persecução penal na busca pela imposição de sanção penal. Ao passo que o investigado confesso concorda voluntariamente em se submeter a medidas de responsabilização, ele torna certa a imposição de medida que, embora não caracterize sanção penal em seu sentido mais estrito, cumpre informalmente as missões de retribuição e prevenção inerentes a resposta penal tradicional por meio da imposição de pena (SUXBERGER, 2019a, p. 93).

Nesse mesmo sentido se manifesta Brandalise ao tratar dos institutos consensuais previstos na Lei nº 9.099/95. O autor ressalta que, a partir do confronto do agressor com o crime praticado e as consequências dali advindas, as ideias de prevenção e de retribuição ao crime praticado se mantêm as mesmas da punição estatal clássica (2016, p. 140).

Por fim, cabe mencionar que, embora a colaboração premiada prevista na Lei nº 12.850/13 (BRASIL, 2013) seja uma espécie de acordo processual e uma forma de justiça negociada, a análise deste instituto ultrapassa as pretensões deste artigo, uma vez que não se trata de um acordo processual que se presta a solucionar os conflitos penais de forma antecipada, ou seja, de modo a evitar ou abreviar a persecução penal em juízo. A colaboração premiada, conforme definido na própria Lei, é meio de obtenção de prova e materializa "uma opção clara de política criminal dirigida à implementação de meios mais eficientes de enfrentamento das organizações criminosas" (SUXBERGER; CASELATO JUNIOR, 2019, p. 223). Embora exista uma hipótese específica em que o Ministério Público poderá deixar de oferecer a denúncia em face do colaborador, em âmbito geral a colaboração premiada não visa evitar o *full trial* do agente que colaborou, ou seja, a colaboração premiada não prescinde do processo-crime contra o colaborador e os benefícios aos quais ele faz jus em razão do acordo são aplicados apenas no momento da sentença. "Seu objetivo é o sobrestamento da ação, o perdão judicial ou a diminuição do quantum de pena aplicável" (BRANDALISE, 2016, p. 154).

Apreciados os pormenores dos espaços de consenso regulamentados na legislação pátria, pode-se afirmar que a justiça penal de soluções negociadas é realidade no sistema de justiça criminal brasileiro. Todavia, os mecanismos negociais que se prestam a solucionar os conflitos penais de forma antecipada existentes hoje no Direito brasileiro ainda possuem uma

abrangência limitada. São acordos processuais que tiveram origem no âmbito das infrações penais de menor e médio potencial ofensivo, através da Lei nº 9.099/95, e que, recentemente, com a introdução da figura do acordo de não persecução penal no Código de Processo Penal, alcançaram a esfera dos crimes que não ensejariam recolhimento à prisão em caso de eventual condenação do agente em persecução penal deduzida em juízo. Além disso, trata-se de acordos que solucionam os conflitos penais de forma antecipada por meio da extinção da punibilidade do fato, ou seja, sem um juízo de mérito a respeito da culpa do investigado/acusado.

Sendo assim, passa a ser fundamental o exame das principais propostas legislativas que pretendem ampliar a aplicação dos acordos processuais penais no ordenamento jurídico pátrio para que possamos identificar em que sentido caminha a tendência de expansão da justiça penal de soluções negociadas no Direito brasileiro.

4 PROPOSTAS DE EXPANSÃO DOS ACORDOS PROCESSUAIS PENAIS NO DIREITO BRASILEIRO

Tramitam no Congresso Nacional propostas legislativas que pretendem ampliar o espaço de consenso existente no Direito brasileiro em matéria penal por meio da introdução de mecanismos transacionais mais amplos. São propostas que apresentam importantes inovações no cenário da justiça penal de soluções negociadas, que rompem com os limites impostos às atuais possibilidades de acordos autorizadas pela legislação, uma vez que autorizam a negociação para imposição imediata de pena privativa de liberdade com a assunção de culpa pelo acusado.

Antes de nos debruçarmos sobre essas propostas, cabe esclarecer que nesta seção serão analisadas apenas as principais propostas legislativas que pretendem expandir o âmbito e a forma de aplicação dos acordos processuais penais no ordenamento jurídico brasileiro. No entanto, isso não significa dizer que não existam outras propostas legislativas que tramitem no Congresso Nacional a respeito dos acordos processuais penais. Como exemplo, citamos o Projeto de Lei nº 9.054, de 2017 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017), que, dentre outras alterações, propõe a inserção do artigo 394-B no Código de Processo Penal para que seja regulamentada a possibilidade de acordo antes do oferecimento da denúncia e que, por se tratar de proposta de acordo com conteúdo similar ao do acordo de não persecução penal, não

será considerada como hipótese de expansão do espaço de consenso existente no Direito brasileiro em matéria penal.

Delimitadas as proposições legislativas que serão abordadas por este trabalho, passemos, então, a análise dessas propostas para que possamos identificar como se dão as pretensões de expansão dos acordos processuais penais que permitem a solução dos conflitos penais de forma antecipada por meio da simplificação da persecução penal em juízo.

Em 30 de abril de 2009, foi apresentado pelo Senador José Sarney o Projeto de Lei do Senado nº 156 (PLS 156/09) que almeja uma reforma global do Código de Processo Penal (SENADO FEDERAL, 2009). Por meio do Parecer nº 1.636 de 2010, a Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código de Processo Penal apresentou, no dia 08 de dezembro de 2010, a redação final do PLS 156/09 no Senado Federal, que dispôs, nos artigos 283 e 284, sobre o chamado procedimento sumário (SENADO FEDERAL, 2010, p. 56-57).

Após a aprovação pelo Plenário do Senado Federal, o PLS 156/09 foi apresentado na Câmara dos Deputados, em 22 de dezembro de 2010, a fim de ser submetido à revisão e recebeu nesta Casa Legislativa o nº 8.045/2010 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010). Durante a tramitação do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, em 13 de junho de 2018, o Deputado Federal João Campos apresentou Substitutivo que alterou o texto original do Projeto. Assim, o procedimento sumário passou a ser previsto nos artigos 308 a 315 do Substitutivo, texto que, até o presente momento, centraliza as discussões a respeito da reforma do Código de Processo Penal na Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018b).

O procedimento sumário autoriza a realização de negociação entre o Ministério Público e o acusado, por seu defensor, e se traduz na possibilidade de acordo, ou, nos termos do texto do Substitutivo, de transação penal, para que as partes possam requerer, até o início da audiência de instrução, cumpridas as disposições do rito ordinário, o julgamento antecipado de mérito e a aplicação imediata de pena nos crimes cuja sanção máxima cominada não ultrapasse 8 (oito) anos. Tal procedimento não se aplicaria aos casos submetidos ao Tribunal do Júri e de violência doméstica contra a mulher, tampouco aos crimes aos quais se aplicam o procedimento sumaríssimo. Há disposição expressa no texto do Substitutivo no sentido de que o julgamento antecipado de mérito não constitui direito público subjetivo do réu.

O requerimento do acordo deve ser apresentado por escrito e assinado pelas partes e deve conter obrigatoriamente a confissão do acusado em relação aos fatos imputados na peça acusatória; a indicação da pena a ser aplicada e o regime inicial de cumprimento; a declaração expressa das partes dispensando a produção das provas por elas indicadas, se for o caso; e a renúncia ao direito de impugnar a sentença homologatória do acordo.

Ao juiz é vedado participar da negociação realizada entre as partes. A ele caberá a análise a respeito da homologação do acordo, com a verificação da sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo para este fim, sigilosamente, ouvir o acusado, na presença de seu defensor. O juiz ainda poderá, nos limites da proposta pactuada, se atendidos os requisitos legais, reconhecer as circunstâncias que abrandam a pena; substituir a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos; e aplicar a suspensão condicional da pena.

A decisão homologatória do acordo tem natureza e estrutura de sentença penal condenatória, inclusive com os efeitos da condenação, e produzirá todos os efeitos legais dela decorrentes. Caso o acordo não seja homologado, deverá ser desentranhado dos autos e as partes e o juiz ficam proibidos de fazer qualquer referência aos seus termos e condições no decorrer do processo. Caso não seja firmado o acordo entre acusação e defesa, o processo prosseguirá na forma do rito ordinário.

Portanto, o procedimento sumário previsto na proposta de alteração do Código de Processo Penal traduz hipótese de um rito processual alternativo, diverso do procedimento ordinário, que permite a solução antecipada do processo com a aplicação imediata de pena privativa de liberdade em razão do consenso entre as partes.

Semelhante ao que ocorre com o Código de Processo Penal, também existe proposta legislativa que sugere um novo Código Penal. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2012 (PLS 236/12), apresentado pelo Senador José Sarney em 09 de julho de 2012. O texto inicial do Projeto previu, na Parte Geral do Código Penal, Título VII, artigo 105, o instituto da barganha, isto é, acordo que poderá ser celebrado entre o órgão do Ministério Público ou o querelante responsável pela causa e o advogado ou defensor público, no exercício da autonomia das suas vontades, para a aplicação imediata de pena e por meio do qual o processo se encerra de forma antecipada (SENADO FEDERAL, 2012).

O acordo poderá ser celebrado após ter sido recebida definitivamente a denúncia ou a queixa-crime e até antes da audiência de instrução e julgamento. Como requisitos, exige a confissão, total ou parcial, em relação aos fatos imputados na peça acusatória; o requerimento de que a pena de prisão seja aplicada no mínimo previsto na cominação legal, independentemente da eventual incidência de circunstâncias agravantes ou causas de aumento da pena; e a expressa manifestação das partes no sentido de dispensar a produção das provas por elas indicadas.

O regime inicial de cumprimento de pena fechado é vedado e, quando cabível, deve ser aplicada a substituição da pena de prisão por pena(s) restritiva(s) de direitos. A pena ainda poderá ser diminuída em até um terço do mínimo previsto na cominação legal mediante requerimento das partes.

O texto do PLS 236/12 não faz qualquer restrição quanto a gravidade dos delitos aos quais se aplicaria a possibilidade de barganha, ou seja, não é estabelecido nenhum limite de pena mínima ou máxima para o delito ao qual seria possível a aplicação do acordo. Também não existem maiores especificações acerca dos aspectos procedimentais do acordo no texto do Projeto; não há menção à necessidade de homologação judicial do acordo, por exemplo (VASCONCELLOS, 2015, p. 131-132).

Em dezembro de 2013, na Comissão Especial de Senadores encarregada de examinar a proposta de reforma do Código Penal, o relator, Senador Pedro Taques, apresentou, por meio do Parecer nº 1.576, Substitutivo que propôs a exclusão do instituto da barganha do texto do projeto de Código Penal em razão de se tratar de "instituto de difícil compatibilização com a cultura institucional brasileira", além de ser "matéria processual" e que, portanto, restaria "mal situada em um Código Penal" (SENADO FEDERAL, 2013, p. 136-137).

O PLS 236/12 segue tramitando no Senado Federal. Embora ainda não votado, vale mencionar que, em dezembro de 2014, o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Senador Vital do Rêgo, apresentou relatório legislativo com nova proposta de Substitutivo, o qual recuperou a pretensão de inserção do instituto da barganha na Parte Geral do Código Penal, Título VII, artigo 105, com redação bastante similar à do texto inicial do PLS 236/12, porém ainda mais simplória (SENADO FEDERAL, 2012).

Em 19 de fevereiro de 2019, o Poder Executivo apresentou à Câmara dos Deputados um conjunto de propostas de alterações na legislação brasileira denominado de Pacote Anticrime do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Dentre estas propostas, foi apresentado o Projeto de Lei 882/2019 (PL 882/19), que propôs alterações na legislação penal e processual penal vigente a fim de estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. Através da pretensão de inserção do artigo 395-A no Código de Processo Penal, o Projeto de Lei também trazia a possibilidade de acordo para aplicação imediata de pena (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Em 13 de março de 2019, o PL 882/19 foi apensado ao Projeto de Lei 10.372/2018 (PL 10.372/18), conhecido como o projeto do Ministro Alexandre de Moraes. No dia 04 de dezembro de 2019, em sessão deliberativa extraordinária, o Deputado Lafayette de Andrada, na posição de Relator do PL 10.372/18, proferiu em Plenário parecer pela Comissão Especial que concluiu "pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo apresentado". Ainda na mesma sessão, o Substitutivo apresentado pelo Relator foi aprovado e foi votada e também aprovada a redação final do PL 10.372/18 na Câmara dos Deputados. Tanto o Substitutivo proposto, quanto a redação final do PL 10.372/18, não trouxeram menções referentes a inserção do artigo 395-A no Código de Processo Penal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018a).

Após ter sido remetido ao Senado Federal para revisão, o PL 10.372/18 foi transformado na Lei Ordinária nº 13.964/2019 em 24 de dezembro de 2019, que, conforme visto acima, carregou consigo a alcunha de Pacote Anticrime (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018a). A Lei nº 13.964/2019, por sua vez, não inseriu a possibilidade de acordo para aplicação imediata de pena no Código de Processo Penal (BRASIL, 2019). Porém, tramita no Senado Federal Projeto de Lei que reproduz integralmente a redação do PL 882/19. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.864/2019 (PL 1.864/19). Portanto, a proposta de inserção do artigo 395-A no Código de Processo Penal segue tramitando no Congresso Nacional (SENADO FEDERAL, 2019).

Assim, conforme o disposto na proposta do artigo 395-A, após o recebimento da denúncia ou da queixa-crime e até o início da instrução criminal, o Ministério Público ou o querelante e o acusado, assistido por seu defensor, poderão requerer mediante acordo penal a

aplicação imediata das penas. A celebração do acordo exige a concordância de todas as partes, não sendo a falta de assentimento suprível por decisão judicial, e o Ministério Público, ou o querelante, poderá deixar de celebrar o acordo com base na gravidade e nas circunstâncias da infração penal praticada pelo acusado.

São três os requisitos exigidos pelo acordo: a confissão circunstanciada da prática da infração penal; o requerimento de que a pena privativa de liberdade seja aplicada dentro dos parâmetros legais e consideradas as circunstâncias do caso penal, com a sugestão de penas ao juiz; e a expressa manifestação das partes no sentido de dispensar a produção de provas por elas indicadas e de renunciar ao direito de recorrer. Se houver cominação de pena de multa, esta deverá constar do acordo.

A celebração do acordo autoriza a concessão de benefícios ao acusado além do ordinariamente previsto no Código Penal, os quais podem ser aplicados separada ou cumulativamente (SUXBERGER, 2019b, p. 139-140). Assim, segundo a gravidade do crime, as circunstâncias do caso e o grau de colaboração do acusado para a rápida solução do processo, as penas poderão ser diminuídas em até a metade ou poderá ser alterado o regime de cumprimento das penas ou promovida a substituição da pena privativa por restritiva de direitos. No caso de acusado reincidente ou de haver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, há a exigência de que o acordo inclua o cumprimento de parcela da pena em regime fechado, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas.

Na hipótese de haver cominação de pena de multa, esta deverá constar do acordo. Também deverá constar do acordo a destinação de eventual produto ou proveito da infração identificado, ou bem de valor equivalente. A proposta legislativa do acordo ainda traz dispositivo próprio de atenção à vítima, no sentido de que deverá ser previsto na avença valor mínimo para a reparação dos danos por ela sofridos, sem prejuízo do seu direito de demandar indenização complementar no juízo cível.

Para a homologação do acordo, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva formal do acusado na presença do seu defensor técnico, e sua legalidade. O juiz não homologará o acordo se a proposta de penas formulada pelas partes for manifestamente ilegal ou manifestamente desproporcional à infração ou se as provas existentes no processo forem manifestamente insuficientes para uma

condenação criminal. Caso o acordo não seja homologado, ele será desentranhado dos autos e as partes e o juiz ficarão proibidos de fazer quaisquer referências aos termos e condições então pactuados. Se não houver acordo, o processo seguirá seu curso regular, com a realização de audiência de instrução e julgamento. Já na hipótese de ser homologado em juízo, o acordo será considerado sentença condenatória para todos os efeitos, ou seja, implicará na condenação do acusado nos termos do que fora negociado pelas partes.

Analizadas, portanto, as principais propostas legislativas que pretendem expandir o âmbito de aplicação dos acordos processuais penais no Direito brasileiro, percebemos que, assim como as hipóteses de consenso já consolidadas na legislação pátria, tratam-se de institutos que se prestam a solucionar o conflito penal de forma antecipada/abreviada por meio da simplificação da persecução penal em juízo. Porém, as principais discussões legislativas em torno dos acordos processuais penais inovam ao apresentar conformações distintas que visam a implementação de mecanismos consensuais que resolvam a culpa do acusado. Portanto, não se tratam mais de hipóteses de acordos que caso celebrados irão extinguir a punibilidade do fato. São hipóteses de acordos que, caso celebrados, redundarão na condenação do acusado.

Dessa maneira, o que se pretende é a introdução de acordos de culpa no Direito brasileiro, por meio dos quais as partes optam pela aplicação imediata de pena e há a concessão de benefícios ao acusado, que deverá confessar a prática da infração penal deduzida na peça acusatória. Assim, cabe perquirir se, nessa expansão da justiça penal de soluções negociadas, os acordos de culpa seriam uma possibilidade de solução alternativa para os conflitos penais no Direito brasileiro, isto é, se o Direito brasileiro comporta institutos que impliquem a assunção de culpa pelo acusado sem um processo que desenvolva integralmente o convencimento judicial a partir das provas produzidas em juízo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justiça penal de soluções negociadas, intimamente relacionada com os *plea agreements* do direito norte-americano, tem se expandido pelos ordenamentos jurídicos dos países do sistema de *civil law* e se apresentado como uma tendência mundial (LOPES JR., 2019, p. 203), sendo medida incentivada e estimulada inclusive na ordem jurídica internacional por meio de recomendações e de orientações normativas de órgãos dos sistemas regionais.

No entanto, o movimento de expansão da justiça penal de soluções negociadas não se traduz em uma americanização do processo penal pelo mundo, tampouco numa expansão generalizada da *plea bargaining*. Ao contrário, conforme restou demonstrado, os países de tradição continental inseriram os acordos processuais penais para evitar ou abreviar a persecução penal em juízo em seus ordenamentos jurídicos adaptando-os às características próprias de seus sistemas processuais penais. Portanto, tal movimento de expansão trata-se, na verdade, de um efetivo equacionamento de respostas alternativas para os conflitos penais em uma dimensão negociada do processo penal.

No Brasil, a justiça penal de soluções negociadas também se encontra em movimento de expansão. Os primeiros institutos negociais foram introduzidos no ordenamento pátrio de forma tímida quando da publicação da Lei nº 9.099/95 (BRASIL, 1995). Tratam-se de mecanismos negociais aplicáveis no âmbito das infrações penais de menor (composição civil dos danos e transação penal) e médio (suspensão condicional do processo) potencial ofensivo.

Posteriormente, passados mais de 20 anos da introdução dos primeiros mecanismos negociais no ordenamento nacional, o acordo de não persecução penal, surgido do poder regulamentar do Conselho Nacional do Ministério Público e posteriormente inserido no art. 28-A do Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/19, ampliou o âmbito de aplicação dos acordos processuais penais no Direito Brasileiro para os crimes com pena mínima cominada inferior a 4 (quatro) anos praticados sem o emprego de violência ou grave ameaça, ou seja, crimes que em caso de eventual condenação não redundam em recolhimento à prisão.

A justiça penal de soluções negociadas é, portanto, realidade na legislação brasileira e se traduz em acordos processuais penais que se prestam a evitar o oferecimento da ação penal e, no caso da suspensão condicional do processo, a encerrar de forma antecipada o processo-crime. Se o investigado/acusado cumpre as condições pactuadas, esses acordos implicam na extinção da punibilidade do fato sem qualquer juízo de mérito a respeito da sua culpa/responsabilidade.

Desse modo, observa-se que os institutos negociais positivados na legislação brasileira não tocaram até o atual momento a solução de culpa do acusado no processo. É nesse sentido que se apresentam as propostas que atualmente tramitam no Congresso Nacional e que pretendem ampliar a justiça penal de soluções negociadas no Direito brasileiro. São proposições que buscam solucionar de forma antecipada processos que já se

encontram com persecução penal formalizada em juízo, com a resolução da culpa do acusado para a imposição de sentença condenatória com a aplicação imediata de pena privativa de liberdade. São propostas que refletem mudanças que se apresentam como necessárias na busca por um melhor equacionamento do sistema de justiça criminal brasileiro, bem como na busca por um sistema mais eficiente, além de se encontrarem em conformidade com a ampliação dos espaços de consenso em relação aos tradicionais espaços de conflito no processo penal. Resta perquirir se o Direito brasileiro comporta tais institutos da forma como se apresentam nas propostas legislativas ainda em tramitação.

REFERÊNCIAS

ARAS, Vladimir. Acordos penais no Brasil: uma análise à luz do direito comparado. *In*: CUNHA, Rogério Sanches et al (coords.). **Acordo de não persecução penal**. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. p. 273-330.

BRANDALISE, Rodrigo da Silva. **Justiça penal negociada**: negociação de sentença criminal e princípios processuais relevantes. Curitiba: Juruá, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Regras de Tóquio**: regras mínimas padrão das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/6ab7922434499259ffca0729122b2d38-2.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). **Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2017**. Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-181-1.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). **Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018**. Altera os artigos 1º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 13, 15, 16, 18, 19 e 21 da Resolução 181, de 7 de agosto de 2017, que dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-183.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 06 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 05 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm. Acesso em: 21 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.** Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12850.htm. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.** Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 05 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. **Normas e princípios das Nações Unidas sobre prevenção ao crime e justiça criminal.** Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/projects/UN_Standards_and_Norms_CPCJ_-_Portuguese1.pdf. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Súmula Vinculante 35.** A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial. Pleno. Julg. 16 out. 2014. DOU 24 out. 2014, p. 1. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=35.NUME.%20E%20S.FLSV.&base=baseSumulasVinculantes>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 8.045, de 2010.** Código de Processo Penal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490263>. Acesso em: 27 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 9.054, de 2017.** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes

Hediondos), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2160836>. Acesso em: 02 maio 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 10.372, de 2018a**. Introduz modificações na legislação penal e processual penal para aperfeiçoar o combate ao crime organizado, aos delitos de tráfico de drogas, tráfico de armas e milícia privada, aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça e crimes hediondos, bem como para agilizar e modernizar a investigação criminal e a persecução penal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2178170>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 882, de 2019**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192353>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Substitutivo PL 8.045/2010**. 13 jun. 2018b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2178982>. Acesso em: 9 abr. 2020.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 26. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

COUNCIL OF EUROPE. Committee of Ministers. **Recommendation No. R(87) 18 of the Committee of Ministers to member States concerning the simplification of criminal justice**. Adopted by the Committee of Ministers on 17 September 1987 at the 410th meeting of the Ministers' Deputies. Disponível em: https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016804e19f8. Acesso em: 30 out. 2019.

GERMANY. **German Code of Criminal Procedure (Strafprozeßordnung – StPO)**. Code of Criminal Procedure as published on 7 April 1987 (Federal Law Gazette I, p. 1074, 1319), as last amended by Article 3 of the Act of 11 July 2019 (Federal Law Gazette I, p. 1066). 1987. Disponível em: https://www.gesetze-im-internet.de/englisch_stpo/englisch_stpo.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

ITÁLIA. [Constituição (1947)]. **Constituição da República Italiana**. Costituzione Italiana. Edizione in lingua portoghese. Disponível em:

https://www.senato.it/application/xmanager/projects/leg18/file/repository/relazioni/libreria/novita/XVII/COST_PORTOGHESE.pdf. Acesso em: 11 abr. 2020.

ITALIA. Corte Costituzionale. Giudizio di Legittimità Costituzionale in Via Incidentale. **Sentenza 313/1990**. Roma, 26 giugno 1990. Pubblicazione in G. U. 04/07/1990 n. 27. Disponível em: <https://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>. Acesso em: 28 maio 2020.

LANGER, Máximo. Dos transplantes jurídicos às traduções jurídicas: a globalização do plea bargaining e a tese da americanização do processo penal. **DELICTAE: Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito**, v. 2, n. 3, p. 19–115, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://delictae.com.br/index.php/revista/article/view/41/38>. Acesso em: 04 nov. 2019.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação criminal especial comentada**. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

NARDELLI, Marcella Alves Mascarenhas. A expansão da justiça negociada e as perspectivas para o processo justo: a plea bargaining norte-americana e suas traduções no âmbito da civil law. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 331-365, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/14542/15863>. Acesso em: 22 abr. 2020.

PACELLI, Eugênio. **Curso de processo penal**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SCHUNEMANN, Bernd. **Estudos de direito penal, direito processual penal e filosofia do direito**. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

SENADO FEDERAL. Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código de Processo Penal. **Parecer nº 1.636, de 2010**. Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4575260&ts=1571775883184&disposition=inline>. Acesso em: 7 abr. 2020.

SENADO FEDERAL. Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código Penal. **Parecer nº 1.576, de 2013** sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro, e proposições anexadas. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3516855&ts=1586469323821&disposition=inline>. Acesso em: 01 maio 2020.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 1.864, de 2019**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136033>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009**. Reforma do Código de Processo Penal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/90645>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012**. Reforma do Código Penal Brasileiro. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. **Acordo de não persecução penal: o exercício da ação penal e a questão prisional como problema público**. Brasília: Fundação Escola, 2019a.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. Projeto de lei anticrime e a adoção do procedimento abreviado no Brasil. *In*: SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano; SOUZA, Renee de Ó; CUNHA, Rogério Sanches (coords.). **Projeto de lei anticrime**. Salvador: Editora JusPodivm, 2019b. p. 113-191.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano; GOMES FILHO, Demerval Farias. Funcionalização e expansão do direito penal: o direito penal negocial. **Revista de Direito Internacional**, v. 13, n. 1, p. 376-394. 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4097/pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano; CASELATO JUNIOR, Dalbertom. Efetividade e eficácia da colaboração premiada como chaves de compreensão para os limites da atuação judicial. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 18, n. 74, p. 221-240, jul./set. 2019.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. **Barganha e justiça criminal negocial: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro**. São Paulo: IBCCRIM, 2015.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de; CAPPARELLI, Bruna. Barganha no processo penal italiano: análise crítica do patteggiamento e das alternativas procedimentais na justiça criminal. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 435-453, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/16880>. Acesso em: 23 out. 2019.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de; MOELLER, Uriel. Acordos no processo penal alemão: descrição do avanço da barganha da informalidade à regulamentação normativa. **Boletín Mexicano de Derecho Comparado**. n. 147, p. 13-33, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-comparado/article/view/10638>. Acesso em 29 out. 2019.